

CIDADES E ENVELHECIMENTO

# A necessária **adaptação** das **idades** ao envelhecimento.

O que precisa mudar no tecido urbano para que a cidade acompanhe a mudança demográfica.



AUTORES • LONGEVIVER

Rubens de Almeida  
Tuca Munhoz

*O aumento da expectativa de vida e o avanço acelerado do envelhecimento da população brasileira impõem desafios ao setor público e privado — especialmente na garantia da integralidade da atenção à saúde e assistência social às pessoas idosas.*

A adaptação à essa nova realidade exige muitas mudanças a serem implementadas no **tecido urbano das cidades**, de modo a melhor atender às necessidades de pessoas idosas com maiores dificuldades de locomoção autônoma — característica que as aproxima da população portadora de deficiências (PCDs), também pouco priorizada na evolução da complexidade urbana.

O desafio exige que a sociedade e o Estado deem conta de **incrementar a oferta em volume, qualidade e disponibilidade** — por exemplo, de empreendimentos públicos e privados que acolham essa população envelhecida em soluções habitacionais adaptadas e que também combinem condições de mobilidade urbana e deslocamentos mais longos em condições muito melhores das que estão hoje disponíveis na maioria das cidades brasileiras por ônibus, metrô ou trem. Em especial nas concentrações urbanas mais intensivas como São Paulo e outras capitais, que servem de modelo para todas as outras cidades do país — seja em termos de legislação edilícia ou de soluções urbanísticas.

Neste contexto, é fundamental que essas grandes cidades **invistam em desenvolver e direcionar, com criatividade, novos programas e ações** para esses públicos-alvo — evitando desperdícios e suprimindo lacunas, especialmente no aspecto de disponibilizar alternativas sustentáveis e abrangentes, capazes de atender às necessidades emergentes pela mudança demográfica.

## Novos modelos de **moradia compartilhada**

Novos modelos começam a ser desenvolvidos na área de habitações direcionadas a esse público, a partir do conceito de **“moradias compartilhadas” (co-housing e co-living)** para as populações idosas e PCDs independentes — muitas em estágio de desenvolvimento e implementação em várias cidades do mundo, especialmente nos Estados Unidos e Europa, mas também no Japão, cuja tradição em cuidar das pessoas idosas é reconhecida internacionalmente. Em todo o mundo, geralmente são desenvolvidas com apoio do Estado, sistemas de previdência ou de corporações de ofício, sindicatos ou centrais sindicais.

O Brasil está atrasado nessa tendência, mas já há **movimentos sociais e empresariais** que buscam modelos de implantação viáveis e sustentáveis, a partir dos vários exemplos que já existem em outros países. Essas iniciativas pretendem responder a essas novas condições de vida da população envelhecida e dos PCDs que se mantêm ativos socialmente, cada vez em maior número — de modo a dotar as cidades de equipamentos habitacionais e de mobilidade compatíveis e adequa-

dos à longevidade e atividades dessas populações. Ainda que essas pessoas vivenciem situações mais complexas e de maiores necessidades do que a média da população, em um estágio da vida em que as restrições de renda tornem-se um fator limitante da liberdade econômica e de mobilidade habitacional.

## O que precisa mudar nas cidades

O sucesso desses empreendimentos depende, porém, da **sensibilidade das instituições estatais e do poder público local** — que precisa estudar a incorporação desses novos conceitos em seus ordenamentos jurídicos e administrativos. No plano estratégico, isso vai desde recomendações para que os projetos adotem uma nova largura para acessos e portas, até detalhes como dotar os ambientes de sistemas de acionamento de alarmes a centrais de atendimento emergencial das proximidades.

### NOVAS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE URBANO

- Passeios públicos ampliados
- Travessias seguras
- Sinalização em altura adequada aos pedestres
- Prioridade para tráfego de pessoas
- Iluminação ao nível das pessoas
- Ambientes com alarme conectado ao atendimento emergencial

As novas necessidades dos ambientes urbanos exigem também **maior cuidado na combinação entre o tráfego de pessoas e o trânsito de veículos motorizados**, com ampliação dos passeios públicos, travessias seguras e elementos que favoreçam e protejam o uso do espaço da rua e o convívio e a troca de atenção comunitária.

Adaptar as cidades ao envelhecimento não é uma agenda menor — é **a condição prática para que a longevidade se traduza em qualidade de vida**, para pessoas idosas, PCDs e para todos os demais habitantes do território urbano.

